



COMISSÃO DE INVESTIMENTOS DA SUSEP (CIS)

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2016

(INÍCIO – 10:00h, TÉRMINO – 12:00h)

PARTICIPANTES:

Representantes da SUSEP:

Elder Vieira Salles (CGMOP), Denis Barreira Batista (COMAT), Maurício Martins Martinez (COMAT) e Fabiano D'Angelo de Donato (CGRAL)

Representante da SPE/MF:

Ernesto Serejo Costa

Representantes da FENAPREVI:

Rogério Januário Calábria e Marcelo Otávio Wagner

Representante da FENACAP:

Mário R Amigo

Representante da CNSEG:

Karini Teixeira Rezende Madeira

Representante da FENABER:

Rodrigo Botti

Representantes da ANBIMA:

Luiz Henrique Queiroz de Carvalho

Representantes da BM&FBovespa:

Regio Martins

Representantes do IBA:

Leonardo Camozzato

1) Abertura

Foi informado aos participantes que a reunião trataria dos pontos enumerados na convocação feita pelo Coordenador Geral da CGMOP.

As discussões de cada ponto seguem abaixo.

2) Revisão do Título II do Capítulo II da Res CNSP 321/15

O Coordenador da COMAT questionou se havia alguma evolução nas propostas de alteração da Res CNSP 321 que seriam encaminhadas pela CNSEG, conforme acordado nas reuniões anteriores.

O representante da FENAPREVI afirmou que, em acordo com as demais federações, decidiu-se por dar um foco maior a pontos que pudessem ser tratados via Cartilha de Investimentos e que alterações mais complexas e estruturais da norma, que demandariam estudos mais aprofundados, poderiam fazer parte de uma agenda de prazo mais alongado. Com isso, foi sugerida a criação de uma agenda de reuniões ou *calls* semanais com o intuito de se exaurir, até a próxima reunião da CIS, todos os questionamentos propostos para a Cartilha de Investimentos e que não tenham sido incluídos na primeira versão do documento.

O Coordenador da COMAT informou estar de acordo com a criação da agenda mas frisou que nem todos os assuntos podem ser tratados por meio de Cartilha de Investimentos já que este documento não tem poder de regulação. Assim, é possível que algumas das questões só possam ser tratadas via alteração normativa. Destacou também que, independentemente das alterações mais complexas e estruturais, a Susep entende que a Resolução CNSP 321 carece de alterações pontuais mais urgentes e que dessa forma passaria a trabalhar nessa proposta de alterações que seria devidamente apresentada aos participantes da CIS quando concluída.

3) Cartilha de Investimentos

O coordenador da COMAT informou que a primeira versão da cartilha de investimentos havia sido publicada no *site* da Susep tendo como base os pontos de dúvidas consolidados pela CNSEG.

A equipe da COMAT efetuou ajustes em alguns itens para torna-los mais objetivos. Outros itens não foram incluídos nesta versão pois na avaliação da COMAT tratavam de assuntos excessivamente específicos para serem tratados na cartilha ou tocavam em assuntos que não cabiam ser tratados na cartilha.

Lembrou que a cartilha é um documento dinâmico e que outras versões, mais completas, devem ser publicadas de tempos em tempos.

O representante da CNSEG propôs que se estabelecesse um pequeno comitê com reuniões periódicas (semanais ou quinzenais) onde seriam analisadas as questões que não fizeram parte dessa primeira versão da cartilha, bem como novas questões que já vinham sendo levantadas pela CNSEG. A Susep concordou com a ideia, e estabeleceu-se como meta abordar todos pontos pendentes até a próxima reunião da CIS (dezembro/2016).

4) Investimentos em moeda estrangeira

O representante da FENABER relatou que um grupo de representantes das federações vinha trabalhando com a Euroclear para elaborar uma proposta com o modelo de vinculação de ativos emitidos no exterior para fins de cobertura de provisões técnicas.

Dentro do que vinha sendo negociado, foi informado que já havia sido aberta a possibilidade de cessão gratuita, por parte das câmaras, de licenças para que a Susep tivesse acesso às posições das supervisionadas mantidas em contas vinculadas ou não no exterior.

Foi informado ainda que vinha se discutindo mais de uma forma de operacionalizar esse acesso que poderia contar com a intermediação de um Banco ou da BM&FBovespa.

Ficou definido que, assim que houvesse uma proposta mais consolidada, seria agendada uma reunião entre Susep e os responsáveis pela negociação para que o projeto fosse apresentado.

Foi questionado se, enquanto o procedimento de vinculação não estivesse devidamente implementado, as supervisionadas já poderiam comprar os ativos no exterior, mesmo que só para mantê-los na conta de ativos livres, sem vinculação.

O coordenador da COMAT confirmou que tais investimentos já estavam permitidos para ativos livres. Mas destacou que, mesmo na carteira livre, a Res CNSP 321 restringia os investimentos somente àqueles ativos previstos na Res CMN 4.444/2015.

5) Estudo para a inclusão dos Treasury Bonds no rol de Ativos Garantidores

O representante da Susep lembrou que na última reunião da CIS tinha sido acordado que a Fenaber iria preparar um estudo para embasar a defesa da inclusão dos *Treasury Bonds* no rol de ativos garantidores de provisões técnicas, como vinha sendo pleiteado.

O representante da Fenaber informou que o estudo estava sendo elaborado, porém com um escopo mais amplo que seria o de identificar as condições necessárias para se estabelecer um Polo de Resseguros da América Latina no Brasil. Declarou que, na eventualidade de se ter sucesso nessa empreitada, espera-se um aumento na demanda de *Treasury Bonds* por parte dos resseguradores nacionais.

Foi destacado também, a existência de uma discrepância tributária em relação ao mercado nacional quando comparado com outros mercados, e que estaria evidenciado neste estudo.

O representante da SPE solicitou que o estudo fosse encaminhado aos seus cuidados para que pudessem avaliar todas as informações contidas nele.

6) Cenário pós entrada em vigor da Res CMN 4.444/15

O representante da Susep apresentou o novo modelo do Mapa de Estudo de Cobertura de Provisões Técnicas, vigente a partir de maio/2016, que já está adaptado à Res CMN 4.444/2015.

Foi apresentada também uma análise dos impactos da Res CMN 4.444 no mercado, onde verificou-se que a entrada em vigência da nova norma teve pouco impacto nos índices de solvência geral do mercado.

Destacou-se que a COMAT começará a representar as empresas que se encontrarem desenquadradas em termos dos prazos médios remanescente e de repactuação e irá questionar aquelas empresas que apresentam muito fora da média do mercado. Foi informado que existem evidências de que um percentual elevado das empresas ainda está informando os dados incorretamente.

Foi lembrado ainda que ao final do ano de 2016 o limite mínimo do prazo médio de repactuação passará de 365 dias para 730 dias e que, portanto, as empresas já deveriam estar tomando as medidas necessárias para elevar tal prazo.

7) Questões sobre derivativos no Questionário Trimestral

O representante da Susep informou que a COMAT trabalha na inclusão de questões relacionadas às posições em derivativos a serem incluídas no questionário trimestral.

A medida é necessária pois a Susep não recebe informações de derivativos nem das Câmaras de custódia nem no FIP.

A princípio as questões serão baseadas nas regras previstas na Res CNSP 321/2015 e serão apresentadas na próxima reunião do CIS.

8) Horário das reuniões do CIS

A pedido dos participantes da CIS ficou acordado que as próximas reuniões serão agendadas no período da tarde.